

Se a sociedade constitui uma ordem simbólica que não flutua no ar – já que tem de incorporar sentidos cristalizados como signos de identificação entre os sujeitos – ao mesmo tempo, há, sempre, um movimento incessante em direção das rachaduras e fendas que fomentam as utopias sociais.

(Münster, 1993)

Resumo: Com base nos princípios da Análise do Discurso de linha francesa, especialmente as contribuições teóricas de Bakhtin (1997), Pêcheux (1988), Authier-Revuz (1990), Maingueneau (1993), a pesquisa tem por objetivo descrever e interpretar, focalizando as heterogeneidades enunciativas, aspectos da representação identitária, social e cultural do índio Paresí. Os itens analisados forneceram elementos para a recuperação de traços da realidade histórica, social e cultural desse grupo indígena, confirmando a importância do discurso como registro.

Palavras-chave: índio paresí; identidade; representação social; heterogeneidades enunciativas.

Abstract: Considering the Analysis of Speech in French line, especially the theoretical contributions of Bakhtin (1997), Pêcheux (1998), Authier-Revuz (1990), Maingueneau (1993), this research has the objective of identify and discuss, focalizing the enunciative heterogeneity, aspects of the identitary, social and cultural representation of Paresí Indian. The different items analyzed have provided evidence for recovering traces of the historical, social and cultural reality of this indigenous group, confirming the importance of the discourse as a register.

Keywords: Paresí Indian; identity; social representation; enunciative heterogeneity.

Notas iniciais

O sujeito que se apresenta no discurso jornalístico não é unificado e predizível, mas se confronta com outras múltiplas identidades possíveis, deslocando-se e produzindo diferentes posições de sujeito, diferentes identidades. E essa mudança de identidade decorre do modo como o sujeito é interpelado ou representado: é o branco quem fala sobre o Paresí; é um enunciador enunciando sobre o Outro.

Emergem, pois, outras significações, que apontam para as relações de poder, uma vez que estas se encontram sempre presentes nas relações sociais. Nesse sentido, não poderíamos deixar de lado a reflexão sobre as características do poder nas relações índio x jornal x não índio.

Considerando a relação constitutiva entre o dizer e sua exterioridade e com base nos princípios da Análise do Discurso de linha francesa, especialmente as contribuições teóricas de Bakhtin (1997), Pêcheux (1988), Authier-Revuz (1990), Maingueneau (1993), a pesquisa tem por objetivo

descrever e interpretar, focalizando as heterogeneidades enunciativas, aspectos da representação identitária, social e cultural do índio Paresí. Os dados da pesquisa foram coletados em textos extraídos do jornal *Diário da Serra*, veiculado na cidade de Tangará da Serra - MT.

Os Paresí

Atualmente Tangará da Serra tem uma população estimada em 70.000 habitantes, distribuídos na região urbana e em diversos núcleos populacionais da zona rural, compreendendo três distritos: São Jorge, São Joaquim e Progresso. De toda a área do município de Tangará da Serra, mais de quarenta por cento são destinados a três reservas indígenas do povo Paresí: Estivadinho, Formoso e Paresí, nas quais habitam cerca de mil pessoas.

Segundo Fernandes (1993, p.57), esse grupo integra o tronco Aruak, falando a língua Paresí e tendo algumas nuances conforme os subgrupos: *Kazíniti, Warére, Káwali, Kozárini e Wáimare.*

A prática discursiva jornalística no *Diário da Serra*

Entendemos que o gênero em que o discurso se inscreve contribui para a produção de sentidos pelo sujeito do discurso. A função desempenhada pela prática discursiva jornalística evidencia as estreitas relações entre discurso, história e memória. É nessa direção que se encaminha a afirmação de Gregolin (1997, p. 11):

O discurso é pensado em sua relação com a historicidade e, portanto, com o seu exterior. A análise procura averiguar as inter-relações entre discurso, História e memória, isto é, como a história está inscrita nos textos e os determina. Daí a preocupação com a construção dos sentidos e dos gestos de interpretação do discurso na História. Como a interpretação “histórica” passa a ser central para a leitura do atravessamento dos discursos nos textos, é preponderante o papel da memória na produção de sentidos, pois a determinação histórica faz com que a interpretação dependa da memória, do interdiscurso que apaga (oculta) ou desvela (revela) sentidos.

Tomado na perspectiva de Bakhtin (1997), para quem a linguagem deve ser pensada na relação com as diferentes esferas de atividades humanas, o conceito de gênero vincula-se ao fato de que ao fazer uso da linguagem nas diversas atividades sociais, o homem se insere em um gênero e, dessa relação entre a vida e a linguagem, originam-se as coerções genéricas sobre as práticas discursivas. Por isso, para Bakhtin (1997, p. 279),

a utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais-, mas também, e sobretudo, por sua construção composicional. Esses três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissolivelmente no todo do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação. Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis

de enunciado, sendo isso que denominamos gêneros do discurso.

É na prática da ideologia do cotidiano (e o gênero discursivo jornalístico consiste na “arte de tecer esse cotidiano/presente) que residem os primeiros sinais de “desvios” em relação ao sistema estabelecido, porque é no cotidiano que o sujeito manifesta suas elaborações, suas inovações, a produção de novos sentidos.

Imerso no universo político e social e teoricamente destinado a reduzir divergências de opinião (já que a palavra jornalística deveria atender ao povo e ao rei), o discurso jornalístico transmite valores, mobiliza códigos sociais e significações ideológicas, ou seja, materializa-se em textos de eficácia simbólica. Nessa perspectiva, segundo Medina e Greco (1999, p.24), o jornalista, “ao desejar contar a história social da atualidade, cria uma marca mediadora que articula as histórias fragmentadas”.

Com a imprensa de Tangará da Serra não seria (muito) diferente, conforme pudemos comprovar com os textos selecionados para nossa análise. Veiculam, nessa cidade, os seguintes jornais: *Diário da Serra* (DS, doravante), *Jornal de Domingo*, *Semanário Tribunal*, *Só Negócios*. No entanto, somente o *Diário da Serra* tem tiragem diária (2.000 exemplares), os outros, semanal. O DS foi fundado por Evanir Tormes, em 11 de novembro de 1996, e, em 06 de setembro de 1997, inicia-se a publicação *on line*, com uma média diária de 3.300 leitores, conforme informação do proprietário e fundador. Segundo Tormes, o jornal possui uma importante função social em Tangará da Serra, pois veicula informações sobre fatos diários acontecidos no município.

Esse Diário desempenha, na construção da imagem do povo Paresí, um papel importante na produção/circulação de consensos de sentido, enquanto produto de uma instituição que se representa como portadora da verdade dos fatos. Enquanto instituição da imprensa agindo na produção das notícias, o discurso jornalístico tem uma memória da própria instituição. Memória que atua como um “filtro” na significação das notícias e, conseqüentemente, no modo como o mundo é significado. Estabelecendo uma aproximação com a Análise do Discurso, entendemos que a prática desse discurso é atravessada pela memória discursiva constitutiva do imaginário social e, sendo incompleta, completa-se ilusoriamente na voz de redator e de cada leitor.

Heterogeneidade mostrada marcada: a parafra­sa­gem

A heterogeneidade constitutiva do sujeito e do seu discurso está relacionada à problemática do discurso como produto do interdiscurso. No entanto, nesse momento, analisamos o discurso jornalístico do ponto de vista do outro plano: a heterogeneidade mostrada, aquela que incide sobre as manifestações explícitas que podem ser recuperadas a partir de diversas fontes de enunciação (MAINGUENEAU, 1993, p.25).

Maingueneau (1993, p.75), considerando os trabalhos de Ducrot sobre a polifonia e também os de outros autores, como Authier-Revuz, considera como casos de heterogeneidade enunciativa mostrada (marcada ou não) o discurso direto, indireto e indireto livre, a ironia, a pressuposição, em que um enunciador defende o posto e outro defende o pressuposto, a negação polêmica (dois enunciadores: um assume o ponto de vista rejeitado e outro a rejeição do ponto de vista), as palavras entre aspas, as glosas (parafra­sa­gem), a autoridade, o provérbio, o slogan, a imitação e o pastiche .

Percebemos ser bastante significativas para uma apreensão do funcionamento da heterogeneidade enunciativa no discurso em questão a parafra­sa­gem, motivo pelo qual deteremos nossa análise nessa marca.

Entre as várias operações metadiscursivas, Maingueneau (1991, p. 147-8) propõe que se atribua um lugar privilegiado às paráfrases produzidas pelo próprio enunciador. Do ponto de vista que interessa à Análise do Discurso, as paráfrases, reguladas pelas coerções de uma formação discursiva ou de um arquivo, podem ser tomadas como uma tentativa para controlar, em pontos nevrálgicos, a polissemia aberta pela língua e pelo interdiscurso: “Fingindo dizer diferentemente a mesma coisa para restituir uma equivalência preexistente, a paráfrase abre, na realidade, a extensão que ela pretende absorver, ela define uma rede de desvios cuja figura desenha a identidade de um arquivo” (grifos do autor).

Recurso bastante utilizado nas diversas formas de comunicação, a paráfrase não poderia deixar de estar presente nos textos jornalísticos, como comprovam os enunciados a seguir extraídos da reportagem publicada no dia 17/08/04:

Na ocasião, também será entregue ao governador a “Carta Indígena” contendo reivindicações de todos os povos, entre as quais

propostas para melhorar as condições de vida nas aldeias.

○ conselho, de acordo com o estatuto aprovado pelas lideranças, tem como finalidade defender os direitos e interesses dos povos indígenas em nível estadual.

Propõe, ainda, apóio a programas e projetos de educação, saúde e sustentabilidade econômica, que atendem os interesses de valorização das tradições dos povos indígenas.

Num certo sentido, a paráfrase bloqueia a infinidade de possíveis interpretações de um determinado termo ou ideia, fornecendo um equivalente que, em vez de explicitar um sentido único, garantido por um determinado saber, o constrói em sua enunciação.

É dessa forma que se apresenta, por meio de paráfrases, a equivalência de reivindicações de todos os povos, impedindo outras interpretações possíveis, ao mesmo tempo em que se constrói um dado sentido na própria enunciação.

A Análise do Discurso “articula a parafra­sa­gem às coerções de uma formação discursiva e não à confrontação psicológica de dois indivíduos” (MAINGUENEAU, 1993, p.96), conforme é possível verificar nos enunciados de 09/12/02:

A proposta da reunião é desvincular o Instituto Trópicos da saúde indígena e passar as responsabilidades mesma para uma associação indígena [...]

[...] os locais de atendimento não são adequados e não suprem as necessidade do povo índio.

[...] para que o índio possa ser atendido em seu habitat não havendo assim necessidade de deslocamentos à cidade para tratamento de moléstias que podem ser tratadas nas aldeias.

[...] e a indicação de profissionais que tem credibilidade junto aos índios para fazerem parte do projeto.

Segundo Maingueneau (1993), a parafra­sa­gem aparece na Análise do Discurso como uma tentativa para controlar, em pontos nevrálgicos, a polissemia aberta pela língua e pelo interdiscurso. O enunciador procura esclarecer a necessidade de se transferirem as responsabilidades para uma associação indígena, com o emprego da paráfrase “indicação de profissionais que tem credibilidade junto aos índios”.

Ainda ao enunciar que os locais de atendimento não são adequados e não suprem as necessidades do povo índio, recorre novamente à estratégia da parafraseagem e explicita que o índio precisa ser atendido em seu *habitat*. Fingindo dizer diferentemente a “mesma coisa” para restituir uma equivalência preexistente, a paráfrase abre, na realidade, o bem-estar que pretende absorver, além de definir uma rede de desvios cuja figura desenha a identidade de uma formação discursiva. Nesse caso, a FD1 (a pró-índio).

Em 19/02/03, os enunciados eram:

[...] o Instituto Trópicos não vem prestando assistência a contento aos povos Utiariti, Bororo e Bakairi, além dos próprios Paresís.

[...] os índios com alguma patologia são obrigados a longas esperas por vagas no Sistema Único de Saúde (SUS) e que a falta de médicos e de medicamentos é uma constante.

A alimentação e as instalações na Casa de Saúde de Tangará são totalmente precárias, assim como a higiene, fazendo com que os pacientes tenham até piorado o estado [...].

O enunciador recorre à parafraseagem para demonstrar por que enuncia que o Instituto Trópicos não vem prestando assistência de forma satisfatória. Podemos objetar que pertence à FD1 e se sente impelido a denunciar a situação que presencia. A formação discursiva de onde deriva essa significação inscreve claramente sua enunciação de solidariedade àqueles que são tidos como excluídos, marginalizados.

Notas finais

O discurso jornalístico nutre-se da atualização e da reconfiguração da memória discursiva, contribuindo para a sedimentação de uma memória negativa acerca do Paresí: aquele excluído e marginalizado pela posição social que ocupa, trazendo para a “arena” a questão do poder. Assim, julgamos pertinente navegar por alguns momentos nessa intrigante questão.

No vocabulário político, poucas palavras suscitam tantas paixões quanto “poder”. É um termo que desperta os ânimos dos pensadores por sua rica sugestividade e fomenta intermináveis discussões por sua incontornável vagueza. Como observa José Zafra Valverde (1975), “poder” e “poderes” são utilizados como designação para três dados diferentes da realidade:

- A capacidade de decisão de uma pessoa sobre outras;

- As diversas funções ou tarefas concretas em que se encontra articulada a ação de governo dentro de um grupo;

- Os governantes individuais ou coletivos que desempenham essas funções e detêm aquela capacidade de agir.

“Poder” permanece algo indeterminado, difícil de ser precisamente definido. Quando se fala em poder, não se tem uma imagem precisa daquilo que essa palavra designa. Seu significado não se estabelece com exatidão e vem sempre auxiliado por outros termos, como “dominação”, “força”, “superioridade”, “autoridade”, “influência”, “soberania”, “império”. A explicação de Valverde (1975, p. 18) é bastante elucidativa no tocante à maneira como a palavra “poder” é encarada: “De um modo entre tímido y nebuloso se la trata como um nombre místico tras el cual se presume la existência de uma profunda e intrincada realidad cuya entera y detallada comprensión resulta inasequible”.

Por seu caráter nebuloso, percebe-se que o poder permanece envolto numa aura de mistério, mística e mítica. O fascínio exercido pela questão do poder está longe de se esgotar. O assunto esteve presente desde a Antigüidade, ladeou as discussões teocêntricas medievais, ganhou suma importância na Era Moderna, com o surgimento dos grandes Estados e com essa mesma importância chega ao final do século XX. Não se trata de uma questão encerrada, de interesse apenas histórico, confinada ao conhecimento dos pesquisadores. O poder é questão atual.

O jogo do poder está na pauta do dia em qualquer lugar do mundo. Partidos disputam o controle dos Poderes Legislativo e Executivo. Como ignorar a importância da discussão do poder nos dias de hoje?

Esse poder intrincado na sociedade é algo perfeitamente normal e faz que alguém se rebelde ou denuncie. É exatamente o que percebemos nos textos jornalísticos: o grito de um povo oprimido.

Como o poder não é algo que se possui, mas algo que se exerce, que se disputa de modo permanente, não pode alguém acomodar-se e aguardar que os fatos aconteçam. É necessário ir em busca do poder, que é distribuído/conquistado ao longo dos eixos das classes sociais, da raça/etnia e do gênero, sendo construído na correlação de forças estabelecidas nas relações sociais.

1- Uma versão bastante modificada desse texto foi publicada em OLIVEIRA, D. P. (Org.). *O livro da concentração: o lingüístico e o literário*. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2006. p. 45-71.

2- Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Araraquara. Professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), campus de Coxim. E-mail: lucelibatistote@hotmail.com

3- Ducrot (1988) desenvolveu a teoria da polifonia na perspectiva da semântica da enunciação. Nossa análise insere-se no quadro teórico da análise do discurso francesa, sob a perspectiva da heterogeneidade discursiva abordada por Authier-Revuz (1990) e Maingueneau (1993).

Aceito para publicação em XX/XX/200X.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidades(s) enunciativas(s). *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n.19, p.25-42, 1990.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1988.

FERNANDES, J. *Índio - esse nosso desconhecido*. Cuiabá: Editora da UFMT, 1993.

GREGOLIN, M. R. V. A tipologia textual e a construção da referencialidade no discurso jornalístico. In: *Anais do XV Congrès International des Linguistiques*, 15, 1997, Paris: Minuit, 1997. p. 213-219.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes/Unicamp, 1993.

MEDINA, C. A.; GRECO, M. *Caminhos do saber plural: dez anos de trajetória*. São Paulo: ECA/USP, 1999.

MÜNSTER, A. *Ernst Bloch: filosofia da praxis e utopia concreta*. São Paulo: Editora da UNESP, 1993.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

VALVERDE, J. Z. *Poder y poderes*. Pamplona: Editora Universidad de Navarra, 1975.



